

▼
**CETIP:
TRANSPARÊNCIA
E SEGURANÇA
PARA AS OPERAÇÕES
FINANCEIRAS.**

Transparência e segurança são essenciais para acompanhar o constante movimento do mercado financeiro. Milhões de pessoas são beneficiadas diariamente pelos produtos e serviços da Cetip, como processamento de TEDs e liquidação de DOCs, registros de CDBs e títulos de Renda Fixa, além do serviço de entrega eletrônica das informações necessárias para o registro de contratos e anotações de gravames pelos órgãos de trânsito. Tudo isso focado na eficiência operacional para beneficiar todo o setor.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP" ou "Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras. Todas as informações operacionais e financeiras a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas em milhões de reais, com base em informações financeiras individuais preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)) emitidos pelo *International Accounting Standards Board*. Informações adicionais sobre o desempenho operacional e financeiro da Companhia estão disponíveis na internet (www.cetip.com.br).

Mensagem da Administração

Um cenário bastante desafiador caracterizou o ambiente de negócios no Brasil em 2013, com pequeno crescimento da economia, pressão inflacionária, câmbio desvalorizado e alta das taxas de juros, o que se somou às condições de crédito mais restritivas. As operações da Cetip refletiram esse ambiente, 2012. Embora o número modelo de negócios verticalmente integrado mostramos resiliência na entrega de resultados ao longo de 2013. Alcançamos a marca de receita bruta de R\$1,1 bilhão, cifra que indica fazermos definitivamente parte de um grupo seleto de empresas brasileiras. O EBITDA ajustado* somou R\$649,2 milhões, com margem de 17,5%, e o lucro líquido atingiu R\$360,8 milhões, evoluções de 12,8% e 31,0%, respectivamente, na comparação com 2012.

**EBITDA Ajustado é uma medida não contábil elaborada pela Cetip, conciliada com suas demonstrações financeiras, observando as disposições da Instrução CVM nº 527/2012. O EBITDA Ajustado não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes, fornecidas por outras companhias. Essa base de mensuração exclui o EBITDA os efeitos das despesas com remuneração baseada em ações e do resultado de equivalência patrimonial, itens que não possuem efeito caixa. A Cetip divulga o EBITDA Ajustado porque utiliza esse indicador para medir o seu desempenho e por entender que o indicador ajustado proporciona uma visão mais adequada sobre o potencial de geração bruta de caixa da Companhia.*

O cenário de menor crescimento de crédito e retração efetiva do crédito destinado ao financiamento de veículos afetou diretamente nossa unidade de Financiamentos. O ambiente para a Unidade de Títulos e Valores Mobiliários foi também desafiador, porém menos afetado devido à diversificação de suas fontes de receita e maior resiliência no modelo de negócios, advinda principalmente dos serviços de depositária. Dedicamos o ano a projetos focados em pessoas e tecnologias, diferenciais competitivos que tornam a Cetip uma referência em segurança e agilidade nas operações. Investimos em treinamento de nossos colaboradores e em novas plataformas que amparam o desenvolvimento de produtos e serviços alinhados às demandas de mercado.

Na linha de reforçarmos nosso compromisso em fomentar o desenvolvimento de um mercado secundário de renda fixa eficiente e transparente no Brasil, lançamos a plataforma Cetip I Trader, que reforça nossa condição de agente eleito pelo mercado para a negociação desses ativos. Desenvolvida em parceria com a Intercontinental Exchange (ICE), essa solução reúne em um único ambiente os serviços de pré-registro, negociação eletrônica e consulta a negócios e preços, mostrando-se uma ferramenta completa para negociação, aliada a uma solução para *post-trading* por meio do ICE Link. Destaque também foi a criação do Cetip I Certifica, que propicia às corretoras e distribuidoras entregarem a seus clientes um relatório individual dos investimentos em ativos de renda fixa. Uma espécie de "selo" de qualidade, o produto nasceu como sinônimo de segurança e transparência das operações, atestando que o ativo, como um certificado de depósito ou uma letra de crédito, está efetivamente registrado na Cetip, identificando em nome do emissor final.

Para agregar eficiência operacional ao mercado, desenvolvemos o Cetip I Conecta, ferramenta que automatiza a troca de arquivos entre os clientes e a Cetip, trabalhando com o conceito de ampliar a segurança e otimizar os processos internos dos nossos clientes. Com um olhar nas boas perspectivas para o setor de financiamento imobiliário, lançamos a Cetip I Plataforma Imobiliária - Gestão de Garantias, produto que automatiza e padroniza os processos de avaliação de imóveis. Nosso objetivo é desenvolver produtos e soluções para gerar eficiência, agilidade e redução de custos no processo de crédito imobiliário, que tem um alto potencial de crescimento no Brasil.

No ano de 2013, buscamos tornar nossa marca mais conhecida do investidor pessoa física, usando pela primeira vez a televisão como veículo de comunicação com o grande público. Criamos uma campanha que enfatiza a nossa contribuição para a vida dos brasileiros, abordando a atuação da Cetip nos mercados de renda fixa e financiamentos com a função de integradora do mercado. Continuamos trabalhando no projeto de Contraparte Central (CCP), no qual contamos, mais uma vez, com a parceria da ICE para o desenvolvimento de um sistema de gestão de colaterais. Este projeto possui dois objetivos principais: i) contribuir para a ampliação da liquidez do mercado secundário de títulos de renda fixa, por meio de um sistema para empréstimo de ativos; e ii) completar a oferta de soluções dentro do mercado de derivativos de balcão, notadamente para as operações com um certo grau de padronização.

O papel da Cetip ganhou reforço com a reforma regulatória proposta pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em relação à Instrução CVM 89, reformada nas Instruções 541, 542 e 543, que, entre outros temas, tratam de centrais depositárias, custodiantes e escrituradoras de ativos. Esse novo arcabouço legal foi implementado para regulamentar e especificar as atividades das entidades, definindo-as como centrais depositárias, custodiantes e escrituradoras. Para a Cetip, é um desafio e uma grande oportunidade comprovar nossa relevância e a eficiência na proteção da economia e dos investimentos do cidadão e da sociedade brasileira.

Iniciamos 2014 com a efetivação do primeiro registro de Certificado de Operações Estruturadas (COE) na Unidade de Títulos e Valores Mobiliários, o que reforçou o papel da Cetip como integradora do mercado financeiro. E com essa visão que queremos ser o grande parceiro das instituições financeiras para o desenvolvimento desse instrumento, oferecendo serviços de registro, depositária e liquidação. Acreditamos que o COE dará mais transparência aos investidores sobre quais estratégias de investimento estão sendo agregadas às suas carteiras, aumentará o acesso a novos mercados, como o de *commodities*, e abrirá portas para outros países e índices de bolsas estrangeiras. Assim, entendemos que será um produto financeiro transformacional na visão de longo prazo, com perspectivas de crescentes volumes emitidos por instituições financeiras.

Na Unidade de Financiamentos, temos como meta a diversificação das receitas, garantindo aos clientes dessa cadeia produtos e soluções que visam ampliar sua eficiência operacional, tendo como uma das iniciativas a agilização no fluxo de aprovação do crédito e de formalização do financiamento de veículos, tornando uma operação mais ágil e segura. Estamos caminhando na visão de uma única companhia, que opera com duas unidades de negócios, identificando pontos de sinergia e complementaridade nas operações, com troca de melhores práticas, modelos e experiências de gestão. O ano de 2014 será um período para trabalharmos mais nessas sinergias e na integração de processos. Daremos mais ênfase às políticas e práticas de gestão de pessoas, com evoluções importantes em iniciativas de avaliação de desempenho, treinamento/capacitação e desenvolvimento.

A Cetip deu início em 2013 a um ciclo de planejamento estratégico a ser concluído em 2014, para determinar as prioridades de atuação em um horizonte de três a cinco anos. O objetivo é identificar como aprofundar a criação de serviços complementares aquecidos atualmente oferecidos pela Companhia, abrindo novas frentes de atuação. Busca, assim, ampliar a oferta de serviços aderentes às necessidades do mercado, estando sempre perto dos clientes e mantendo as características de agilidade, segurança e transparência. Dedicaremos especialmente um grande esforço para avançar no relacionamento com os nossos clientes, para entender cada vez melhor as suas necessidades e demandas, assim como antecipar tendências de mercado e propor avanços consistentes.

As perspectivas para 2014 são ainda de um cenário de crescimento econômico contido, mas, acima de tudo, acreditamos que representará mais uma vez a oportunidade de mostrarmos nossa resiliência e capacidade de atuar em ambientes desafiadores. Será um período em que nos dedicaremos a preparar nossa infraestrutura tecnológica e as pessoas para desenvolver novos produtos e serviços e diversificar nossas receitas, avançando de forma robusta em um novo ciclo de crescimento, mantendo as características de agilidade, segurança e transparência que são os valores da companhia.

Cenário Macroeconômico

O cenário brasileiro de 2013 caracterizou-se pelo baixo crescimento da economia, repetindo um ambiente registrado nos últimos anos. Como reflexo, observou-se alta da inflação e dos juros, desvalorização do câmbio, redução do investimento externo e do saldo da balança comercial, contraindo um ambiente de baixo desemprego e maior renda do trabalho. O Produto Interno Bruto (PIB) encerrou o ano com alta de 2,3%, ante expectativas iniciais de um crescimento um pouco mais otimista.

A inflação ao consumidor medida pelo IPCA atingiu 5,91% no final de 2013, em comparação a 5,84% em 2012, mantendo-se ainda dentro dos parâmetros do regime de metas (4,5%, com um intervalo de tolerância de dois pontos percentuais para cima ou para baixo), porém em patamar ainda elevado. Essa resistência ficou ligeiramente acima da esperada pelo Banco Central, em grande medida devido à depreciação cambial e a custos originados no mercado de trabalho.

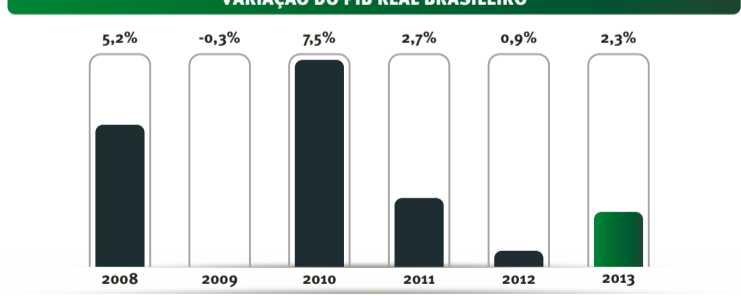
O comportamento dos preços ao consumidor motivou uma forte alta da taxa básica de juros, e a Selic passou de 7,25% ao ano em dezembro de 2012 para 10,00% no encerramento de 2013. Em janeiro de 2014, sofreu mais uma elevação, quando o Comitê de Política Monetária (Copom) ajustou a taxa para 10,50% ao ano e em fevereiro de 2014, o Copom aumentou a taxa Selic para 10,75% ao ano. E o câmbio, pressionado pela instabilidade econômica no mercado internacional - o que ocasionou um menor ingresso de recursos externos - e pela queda do superávit comercial, encerrou o ano com desvalorização de 14,6% do real frente ao dólar, cotado a R\$2,34 em 31 de dezembro.

Principais Indicadores Econômicos

Indicador	2013	2012	2011
Taxa Selic - Meta final de ano (a.a.)	10,00%	7,25%	11,00%
TJLP - Final de Ano (a.a.)	5,00%	5,00%	6,00%
CDI Acumulado	8,06%	8,40%	11,59%
Taxa de câmbio (R\$/ US\$ final)	2,3426	2,0435	1,8758
IPCA	5,91%	5,84%	6,50%
IGP-M	5,53%	7,82%	5,10%
Ibovespa (pontos/fechamento)	51.507(-15,5%)	60.952(+7,4%)	56.754(-18,11%)
Balança comercial (US\$ bilhões)	2,6	19,4	29,8
PIB (variação)	2,3%	0,9%	2,7%
Taxa média de desemprego (IBGE)	5,4%	5,5%	6,0%

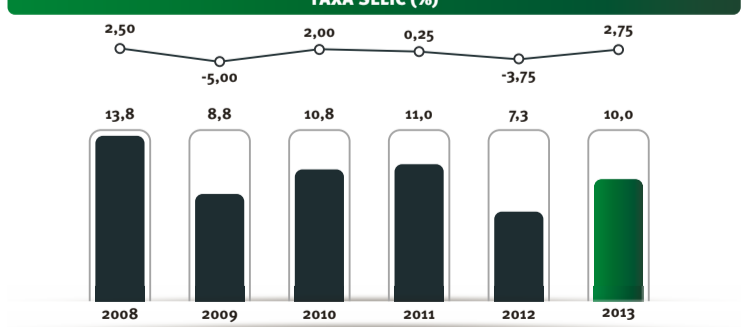
Fontes: Cetip, Banco Central do Brasil, BNDDES, IBGE, MDIC e Bloomberg.

VARIAÇÃO DO PIB REAL BRASILEIRO



Fonte: IBGE

TAXA SELIC (%)



Fonte: Banco Central do Brasil

Cenário Setorial

As emissões de renda fixa em 2013 se caracterizaram pela predominância das ofertas de títulos de dívida no mercado local (R\$107,4 bilhões, desconsiderando as debêntures de *leasing*). No encerramento do ano, o estoque de títulos de renda fixa havia crescido 3,3% em comparação ao ano anterior, somando R\$3,86 trilhões, dos quais R\$1,89 trilhão em títulos privados, de acordo com dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima). Em 2013, ocorreram 282 emissões de debêntures, aumento de 8,0% em relação às 261 registradas em 2012. Embora o número de emissões tenha crescido, o volume financeiro passou de R\$130,9 bilhões em 2012 para R\$90,2 bilhões em 2013, conforme dados da Cetip.

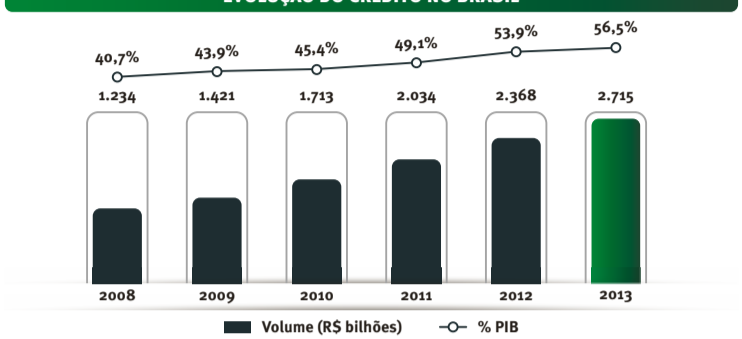
O crédito no Brasil continuou se expandindo em 2013, porém em ritmo mais tímido quando comparado ao passado recente. As operações de crédito do sistema financeiro somaram R\$2.715 bilhões no fechamento de 2013, com alta de 14,6% comparativamente a 2012. Apesar da menor expansão no ano, a proporção volume de crédito no sistema em relação ao PIB atingiu novo recorde histórico, de 56,5%.

Ao final de 2012 o volume de crédito correspondia a 53,9% do PIB. Do total de R\$2.715 bilhões de empréstimos, mais da metade foi originada pelos bancos públicos (51% do volume versus 49% advindos de bancos privados). Isso reforça a crescente participação dos bancos públicos como provedores de crédito para o mercado brasileiro.

Os maiores incrementos ocorreram nos financiamentos imobiliários e no crédito rural, que avançaram 32,5% e 30,8%, respectivamente, considerando tanto operações com pessoas físicas como jurídicas. Os financiamentos imobiliários totalizaram R\$395,2 bilhões e corresponderam a 8,2% do PIB, ante 6,8% no final de 2012.

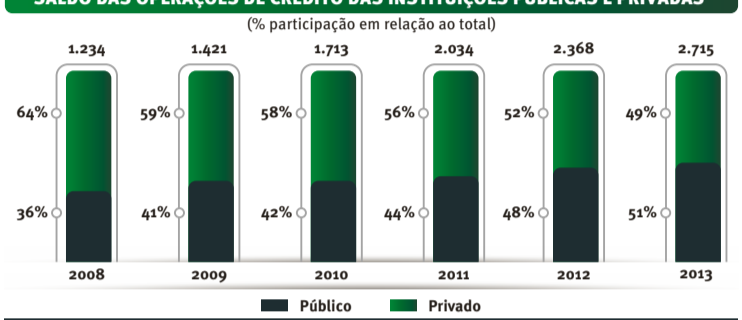
Ao longo de 2013, observou-se aumento das taxas de juros praticada para mercado de crédito, elevação de prazos e recuo consistente da inadimplência, cujos índices alcançaram patamares mínimos da série histórica, iniciada em março de 2011. Para atrasos superiores a 90 dias, situou-se em 1,8% para empresas e 4,4% para pessoas físicas.

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO NO BRASIL



Fonte: Banco Central do Brasil

SALDO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS



(Fonte: Volume total de crédito em R\$ bilhões) Fonte: Banco Central do Brasil

A quantidade de veículos vendidos somou 18,0 milhões em 2013, aumento de 2,7% quando comparado a 2012, crescimento impulsionado pela venda de veículos usados - alta de 5,3%, com total de 12,5 milhões de unidades - e pensando a queda de 2,9% nas vendas de veículos novos. Apesar do aumento da quantidade vendida em 2013, o número de veículos total financiados, combinando novos e usados, caiu 2,8% quando comparado a 2012. A retração no total de veículos novos financiados foi de 2,0% e em veículos usados de 3,5%.

Análise dos Resultados Econômico-Financeiros

Receita Operacional

A receita operacional bruta da CETIP atingiu R\$1,1 bilhão em 2013, 17,3% acima de 2012, e a receita operacional líquida somou R\$892,2 milhões. A Unidade de Títulos e Valores Mobiliários respondeu por 64,2% do total da receita operacional bruta do período e a Unidade de Financiamentos por 35,8%.

A receita bruta da Unidade de Títulos e Valores Mobiliários totalizou R\$690,1 milhões em 2013, crescimento de 17,9% em relação a 2012, sendo composta: i) 33,4% pelas receitas de custódia; ii) 23,0% pelas receitas de utilização mensal; iii) 16,4% pelas receitas de registro; iv) 15,3% pelas receitas de transações; e v) 11,9% por outras receitas de serviços.

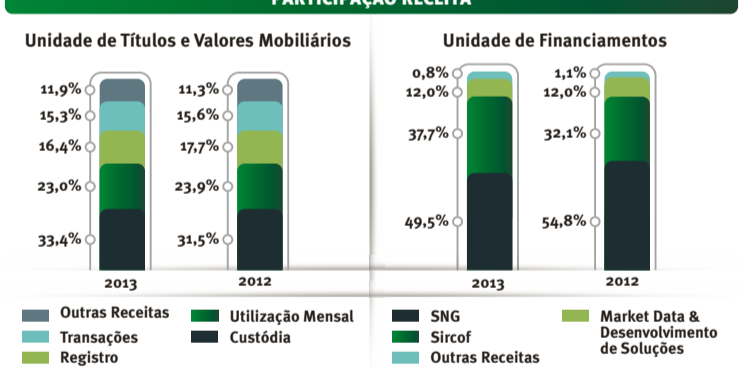
Já a receita bruta da Unidade de Financiamentos totalizou R\$385,6 milhões em 2013, aumento de 16,2% em comparação a 2012, proveniente: i) 49,5% do registro de restrições financeiras (SNG); ii) 37,7% do registro de contratos de financiamento (Sircof); iii) 12,0% de *market data* e desenvolvimento de serviços; e iv) 0,8% de outras receitas de serviços.

A tabela abaixo detalha a composição da receita operacional bruta da Companhia:

(em R\$ milhões)	Acumulado		Variação (%)
	2013	2012	
Receita bruta de serviços	1.075,7	917,1	17,3%
Unidade de Títulos e Valores Mobiliários	690,1	585,4	17,9%
Registro	113,4	103,8	9,3%
Custódia	230,8	184,4	25,1%
Utilização mensal	159,1	139,9	13,7%
Transações	105,8	91,2	16,0%
Outras receitas de serviços	81,1	66,1	22,7%
Unidade de Financiamentos	385,6	331,7	16,2%
SNG	190,7	181,8	4,9%
Sircof	145,3	106,4	36,5%
<i>Market Data</i> e Desenvolvimento de Soluções	46,3	39,8	16,3%
Outras receitas de serviços	3,3	3,7	-12,2%
Deduções	(167,5)	(126,2)	32,7%
Receita líquida de serviços	908,2	790,9	14,8%

Os gráficos abaixo apresentam a participação relativa das principais linhas de receita da Unidade de Títulos e Valores Mobiliários e da Unidade de Financiamentos:

PARTICIPAÇÃO RECEITA



Unidade de Títulos e Valores Mobiliários

Receita de Registro - A receita de registro totalizou R\$113,4 milhões em 2013, aumento de 9,3% quando comparada a 2012, crescimento este explicado pela evolução de 33,8% da receita de registro de derivativos de balcão e de 43,2% em outros serviços de registro, mais do que neutralizando a queda de 3,9% na receita de registro de instrumentos de renda fixa. O desempenho da receita de registro de derivativos de balcão foi influenciado, principalmente, pelo aumento de 18,0% na receita de registro de *swaps* e de 32,0% na receita de registro de contratos a termo. A retração de 3,9% na receita de registro de instrumentos de renda fixa foi ocasionada pela redução de 21,0% nas receitas com registro de DI e de 4,6% com registro de CDB, compensadas parcialmente pelos avanços de: i) 35,5% no registro de instrumentos do mercado imobiliário; ii) 24,7% de outros instrumentos de renda fixa, com destaque para o registro de cotas de fundos; iii) 31,8% no registro de instrumentos do agronegócio; e iv) 12,1% no registro de Letras Financeiras.

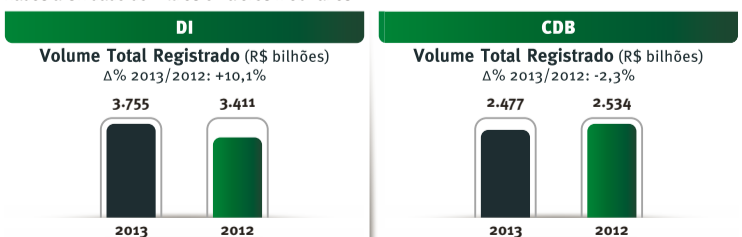
A receita proveniente de outros serviços de registro contribuiu com R\$17,1 milhões para a receita total do registro, aumento de 43,2% em relação a 2012, dos quais a maior contribuição veio da receita de *pre-registo*, que atingiu R\$10,2 milhões, aumento de 14,4% comparado a 2012.

Receita de Custódia - A receita de custódia atingiu R\$230,8 milhões em 2013, crescimento de 25,1% em relação a 2012, com crescimento robusto em todos instrumentos que compõem esta receita: i) debêntures (+21,8%) representaram 39,5% da receita total de custódia em 2013, totalizando R\$91,2 milhões; ii) Letras Financeiras (+33,6%), com receita de R\$49,6 milhões, correspondendo a 21,5% do total das receitas de custódia; iii) derivativos de balcão (+32,6%), cuja receita totalizou R\$34,8 milhões em 2013, com destaque para as operações de contratos a termo; e iv) cotas de fundos de investimento, com receita de R\$22,6 milhões, crescimento de 15,4%, respondendo por 9,8% da receita total de custódia. A manutenção de comitês contribuiu com receitas de R\$19,8 milhões e outros ativos em custódia, R\$12,8 milhões.

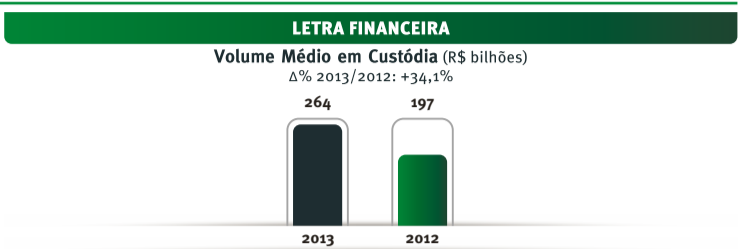
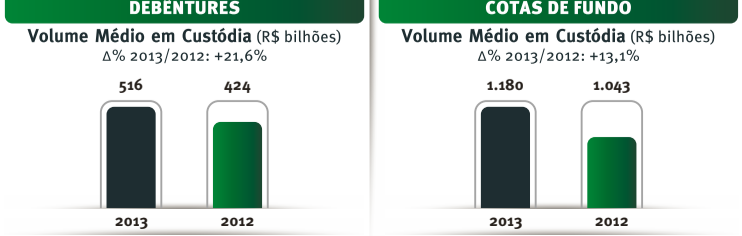
Receita de Utilização Mensal - A receita de utilização mensal somou R\$159,1 milhões em 2013, 13,7% acima da receita registrada em 2012, em função: (i) da ampliação de 7,2% na margem média por participante, que avançou de R\$1.060 em 2012 para R\$1.136 em 2013, reflexo principalmente do reajuste anual de preços pelo IGP-M no início do ano; e (ii) do aumento de 6,0% na quantidade média de participantes, classificados principalmente nos segmentos 1 e 2.

Receita de Transações - A receita de transações atingiu R\$105,8 milhões em 2013, crescimento de 16,0% quando comparada a 2012, influenciada pelo: i) avanço de 10,6% na margem média por transação, efeito este explicado pelo aumento na participação de transações nas faixas de horário com tarifas maiores, ocorrido no primeiro e segundo trimestre do ano; ii) crescimento de 5,0% no volume de transações processadas - reflexo do aumento dos ativos sob custódia e das atividades de depositária realizadas pela CETIP; e iii) pelo reajuste anual de preços pelo IGP-M no início do ano.

Outras Receitas de serviços - Outras receitas de serviços da Unidade de Títulos e Valores Mobiliários somaram R\$81,1 milhões em 2013, aumento de 22,7% em relação a 2012, contribuindo com 11,9% da receita bruta total da Unidade de Títulos e Valores Mobiliários. Os serviços prestados para a CIP, principalmente o processamento de TEDs, responderam por 45,2% do total das outras receitas de serviços no ano, as receitas oriundas da plataforma de negociação CETIP NET e de operações compromissadas e negociações definitivas por 41,5%, e outros serviços prestados por 13,3%. Os gráficos abaixo apresentam alguns dados de desempenho operacional dos principais ativos relacionados à Unidade de Títulos e Valores Mobiliários:



DEBÊNTURES



Unidade de Financiamentos

SNG - A receita gerada pelo SNG totalizou R\$190,7 milhões em 2013, aumento de 4,9% quando comparada a 2012. O desempenho do SNG resultou das seguintes fatores: i) retração de 2,8% na quantidade de veículos financiados, reflexo da redução de 2,1 p.p. na relação veículos financiados sobre veículos vendidos, que passou de 39,7% em 2012 para 37,6% em 2013, apesar do aumento de 2,7% na quantidade de veículos vendidos; e ii) reajuste anual de preços no início de 2013 com base no IGP-M acumulado de 2012 (+7,8%).

Sircof - A receita advinda do Sircof atingiu R\$145,3 milhões em 2013, crescimento de 36,5% em relação a 2012. O desempenho do Sircof foi influenciado pelos mesmos fatores que determinaram o resultado do SNG no período analisado, associado ao efeito líquido de:

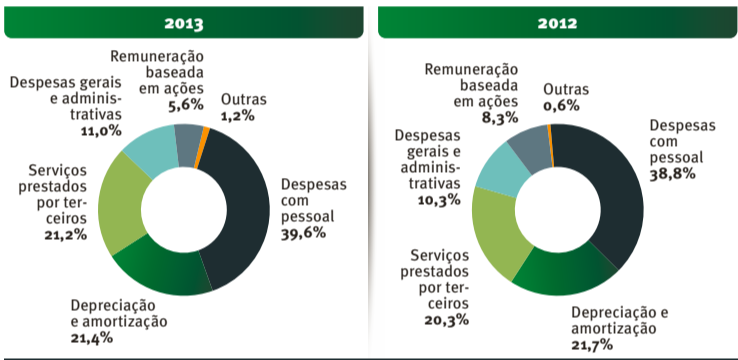
i) aumento do percentual de participação da Cetip sobre o preço final do Sircof e incremento real de preços ocorrido no início do ano; e ii) decréscimo na relação de contratos registrados sobre o total de financiamentos (penetração do produto) de 5,7 p.p., resultando da variação na participação relativa dos estados que estão ligados ao Sircof e redução de *market share*.

Market data e desenvolvimento de soluções - As receitas de *market data* e desenvolvimento de soluções somaram R\$46,3 milhões em 2013, 16,3% acima de 2012, contribuindo com 12,0% da receita bruta total da Unidade de Financiamentos. O Cetip I InfoAuto respondeu por 36,0% do total das receitas com *market data* e desenvolvimento de soluções no ano, o Cetip I InfoAuto Pagamentos por 26,4%, o Cetip I Performance Market Share por 16,5%, o Cetip I Performance Potential por 15,2% e outros serviços de *market data* e desenvolvimento de soluções por 5,9%. A tabela abaixo contém alguns dos principais dados de desempenho operacional relacionados à Unidade de Financiamentos:

(em milhares)	Acumulado		Variação (%)
SNG	2013	2012	
Quantidade de veículos vendidos	17.992	17.524	2,7%
Novos	5.478	5.643	-2,9%
Usados	12.514	11.880	5,3%
Quantidade de veículos financiados	6.758	6.949	-2,8%
Novos	3.517	3.590	-2,0%
Usados	3.241	3.359	-3,5%
% Veículos Financiados / veículos vendidos	37,6%	39,7%	-2,1 p.p.
SIRCOF	2013	2012	2013/2012
Inclusões de Contratos (Unidade)	4.036	4.548	-11,2%
% Inclusões de contratos / veículos financiados	59,7%	65,4%	-5,7 p.p.

Despesas /Outras Receitas Operacionais

As despesas/outras receitas operacionais atingiram R\$354,6 milhões em 2013, aumento de 15,3% quando comparadas a 2012, compostas principalmente por: (i) despesas com pessoal (R\$140,6 milhões - incluindo as despesas com honorários de consultores), representando 39,6% das despesas operacionais; (ii) serviços prestados por terceiros (R\$75,0 milhões), 21,2% do total; e (iii) despesas gerais e administrativas (R\$38,9 milhões), 11,0% do total das despesas operacionais. As despesas de depreciação e amortização totalizaram R\$75,8 milhões, em decorrência principalmente da amortização dos ativos intangíveis (relações contratuais) registrados por ocasião da aquisição da GRV Solutions. Já a despesa com remuneração baseada em ações totalizou R\$19,8 milhões no período.



Nota: 1) Despesas com pessoal incluem despesas com honorários de consultores. 2) Outras equivale a outras despesas/outras receitas operacionais.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa de imposto de renda e contribuição social totalizou R\$148,8 milhões em 2013, aumento de 33,0% quando comparada à despesa de R\$111,8 milhões registrada em 2012. A alíquota efetiva registrada em 2013 foi de 29%, praticamente estável em relação a 2012. A amortização fiscal do ágio por expectativa de rentabilidade futura oriunda da incorporação da Advent Depository e da GRV Solutions representou uma economia tributária (caixa) de R\$70,8 milhões em 2013.

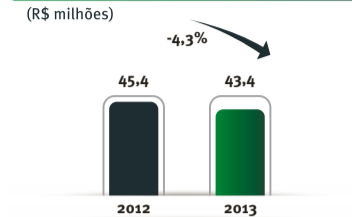
Lucro Líquido e EBITDA

O lucro líquido da CETIP atingiu R\$360,8 milhões (lucro básico por ação¹ de R\$1,3926 e R\$1,3863 de lucro diluído por ação) em 2013, crescimento de 31,0% comparado aos R\$275,4 milhões em 2012. A margem líquida atingiu 39,7%, 4,9 p.p. superior à margem de 34,8% registrada em 2012.

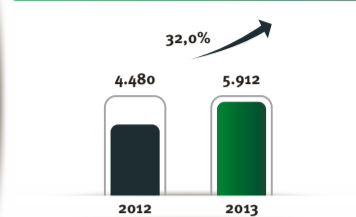
O bom desempenho operacional da Companhia também contribuiu positivamente para o avanço de 12,8% do EBITDA Ajustado² que atingiu R\$649,2 milhões em 2013 ante R\$575,7 milhões registrados em 2012. A margem EBITDA Ajustada atingiu 71,5%, 1,3 p.p. inferior a margem de 72,8% de 2012, queda esta decorrente principalmente do aumento de despesas pontuais relacionadas a iniciativas de marketing e despesas relacionadas ao desenvolvimento de novos projetos.

¹O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

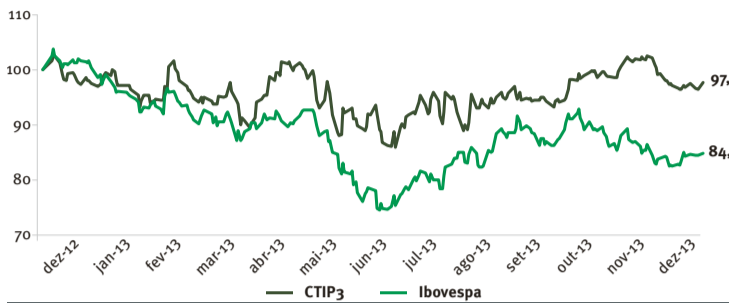
²O EBITDA e o EBITDA Ajustado são medidas não contábeis elaboradas pela CETIP, conciliadas com suas demonstrações financeiras, observando as disposições da Instrução CVM nº 527/2012. O EBITDA Ajustado não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes, fornecidas por outras companhias. Essa base de mensuração exclui o EBITDA os efeitos das despesas com remuneração baseada em ações e do resultado de equivalência patrimonial, itens que não tem nenhum impacto sobre geração de caixa da Companhia. A CETIP divulga o EBITDA Ajustado porque utiliza esse indicador para medir o seu desempenho e por entender que o indicador ajustado proporciona uma visão mais adequada

Índice
Small Cap
IBRX 50Índice
Small Cap
SMLLÍndice de
Ações com Governança
Corporativa Diferenciada
IGC**IBOVESPA****CTIP3
NOVO
MERCADO**
BM&FBOVESPA**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****CTIP3 - Volume financeiro médio diário**
(R\$ milhões)

Fonte: Bloomberg. Valores históricos ajustados por proventos.

CTIP3 - Número de negócios médio diário

Fonte: Bloomberg. Valores históricos ajustados por proventos.

CTIP3 x IBOVESPA: 31/12/2012 até 31/12/2013 (Base 100)

Fonte: Bloomberg. Valores históricos ajustados por proventos.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Notas	CTIP		Consolidado	
		31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Circulante		491.993	388.655	503.183	399.125
Caixa e equivalentes de caixa	4	452	301	475	346
Aplicações financeiras - livres e vinculadas	5	372.816	286.888	381.685	295.027
Contas a receber	6	90.790	78.779	93.073	81.050
Impostos e contribuições a compensar		16.665	17.212	16.679	17.224
Outros créditos		4.259	2.525	4.260	2.528
Despesas antecipadas		7.011	2.950	7.011	2.950
Não circulante		2.189.146	2.199.825	2.179.465	2.192.360
Realizável a longo prazo		83.928	76.538	83.928	76.538
Aplicações financeiras - livres e vinculadas	5	79.746	73.082	79.746	73.082
Depósitos judiciais		162	140	162	140
Despesas antecipadas		3.744	3.026	3.744	3.026
Outros créditos		276	290	276	290
Investimentos		58.446	59.489	5.497	5.810
Investimento em coligada	8b	4.464	4.927	4.464	4.927
Investimento em controlada	8a	52.949	53.679	-	-
Outros investimentos		1.033	883	1.033	883
Imobilizado	9	40.792	41.207	40.822	41.241
Intangível	10	2.005.980	2.022.591	2.049.218	2.068.771
Total do ativo		2.681.139	2.588.480	2.682.648	2.591.485

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)	Notas	Capital social		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total
		social	de capital	Reserva legal	Reserva Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2012		315.270	676.764	575	2.048	375.183	58.242	1.428.082
Resultado abrangente								
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	360.778	360.778
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários		-	-	(822)	-	-	-	(822)
Total do resultado abrangente do período		-	-	(822)	-	-	360.778	359.956
Transações com acionistas e outras movimentações								
Aprovação/pagamento - dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	(58.242)	(58.242)
Aumento de capital - capitalização de excedente de reservas de lucro e capitalização de reservas de capital (AGE 29/04/13)		211.963	(150.000)	-	-	(61.963)	-	-
Aumento de capital - capitalização de parcela da reserva especial de ágio (RCA 08/05/13)		13.373	(13.373)	-	-	-	-	-
Aumento de capital - exercícios de opções de ações		45.822	-	-	-	-	-	45.822
Apropriação - planos de opções de ações	23c	-	19.802	-	-	-	-	19.802
Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos		-	-	-	-	-	220	220
Destinações do lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	15e	-	-	-	-	(72.340)	-	(72.340)
Dividendos propostos	15e	-	-	-	-	(198.271)	169.565	(28.706)
Destinação para reserva	15e	-	-	-	-	(90.387)	-	(90.387)
Total das transações com acionistas e outras movimentações		271.158	(143.571)	-	28.424	(30.778)	111.323	(93.444)
Saldos em 31 de dezembro de 2013		586.428	533.193	(247)	2.048	403.607	169.565	1.694.594
Saldos em 31 de dezembro de 2011		277.735	664.502	70	2.048	375.183	-	1.181.025
Resultado abrangente								
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	275.395	275.395
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários		-	-	505	-	-	-	505
Total do resultado abrangente do período		-	-	505	-	-	275.395	275.900
Transações com acionistas e outras movimentações								
Aumento de capital - capitalização de parcela da reserva especial de ágio (RCA 09/05/12)		13.373	(13.373)	-	-	-	-	-
Aumento de capital - exercícios de opções de ações		24.162	-	-	-	-	24.162	24.162
Apropriação - planos de opções de ações	23c	-	25.635	-	-	-	-	25.635
Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos		-	-	-	-	-	815	815
Destinações do lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	15e	-	-	-	-	(70.713)	-	(70.713)
Dividendos propostos		-	-	-	-	(66.984)	58.242	(8.742)
Destinação para reserva		-	-	-	-	(138.513)	-	(138.513)
Total das transações com acionistas e outras movimentações		37.535	12.262	-	138.513	(275.395)	58.242	(28.843)
Saldos em 31 de dezembro de 2012		315.270	676.764	575	2.048	375.183	58.242	1.428.082

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)	CTIP		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	506.438	383.016	509.582	387.241
Ajustes				
Depreciação e amortização	72.843	63.832	75.790	66.780
Resultado na alienação/baixa de ativos permanentes	641	241	641	241
Resultado na alienação de ativos não circulantes mantidos para venda	-	(1.208)	-	(1.208)
Resultado de equivalência patrimonial	(13.707)	(21.350)	463	(246)
Remuneração baseada em ações sem desembolso de caixa	19.802	25.635	19.802	25.635
Juros sobre aplicações financeiras mantidas até o vencimento	(4.020)	(3.396)	(4.020)	(3.396)
Juros sobre debêntures e parcelas a prazo	75.215	134.399	75.215	134.399
Juros sobre empréstimos e arrendamentos financeiros	1.334	1.002	1.334	1.002
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social ajustado	658.546	582.171	678.807	610.448
Variações nos ativos e passivos				
Aplicações financeiras livres	(89.038)	(88.634)	(89.768)	(74.828)
Contas a receber	(12.011)	(4.172)	(12.023)	(3.863)
Impostos e contribuições a compensar	12.950	13.088	12.914	12.819
Outros créditos	(1.718)	(1.204)	(1.716)	(1.194)
Despesas antecipadas	(4.779)	1.420	(4.779)	1.420
Depósitos judiciais	(22)	(56)	(22)	(56)
Fornecedores	13.655	7.188	11.910	9.304
Obrigações trabalhistas e encargos	11.117	1.395	11.241	1.313
Tributos a recolher	1.795	677	1.800	657
Outras obrigações	(23)	(2.263)	(21)	(2.260)
Provisão para contingências e obrigações legais	498	356	498	356
Caixa proveniente das operações	590.970	509.966	608.841	554.116
Imposto de renda e contribuição social pagos	(97.100)	(57.187)	(100.093)	(61.305)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	493.870	452.779	508.748	492.811

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A CTIP S.A. - Mercados Organizados ("CTIP" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, resultante do processo de desmutualização da CTIP - Câmara de Custódia e Liquidação ("CTIP Associação") ocorrido em 2008.

A CTIP administra mercados de balcão organizados, ou seja, ambientes de negociação e registro de valores mobiliários, títulos públicos e privados de renda fixa e derivativos de balcão. É uma câmara de compensação e liquidação sistemicamente importante, nos termos definidos pela legislação do SPB - Sistema de Pagamentos Brasileiro (Lei nº 10.214), que efetua a custódia escritural de ativos e contratos, registra operações realizadas no mercado de balcão, processa a liquidação financeira e oferece ao mercado uma plataforma eletrônica para a realização de diversos tipos de operações online, tais como leilões e negociação de títulos públicos, privados e valores mobiliários de renda fixa.

A Companhia é a maior depositária de títulos privados de renda fixa da América Latina e a maior câmara de ativos privados do mercado financeiro brasileiro. Sua atuação confere o suporte necessário a todo o ciclo de operações com títulos de renda fixa, valores mobiliários e derivativos de balcão.

Após a aquisição da GRV Solutions S.A. ("GRV"), ocorrida em 29 de dezembro de 2010, a Companhia também passou a ser o principal provedor privado de informações de inserções e baixas de restrições financeiras relacionadas a operações de financiamentos de veículos, com sistema eletrônico integrado e de abrangência nacional, fornecendo infra-estrutura crítica ao mercado de financiamento de veículos.

Valores em R\$, exceto quando especificado	2013	2012
Cotação no início do período	25,20	26,08
Máxima	25,43	32,16
Média	23,72	26,15
Mínimo	21,22	20,55
Cotação ao final do período	24,20	24,80
Volume médio diário (R\$ milhões)	43,42	45,38
Quantidade de ações (mil ações) ¹	260.378	256.713

¹ Considera quantidade de ações ao final dos períodos.

Fonte: Bloomberg. Valores históricos ajustados por proventos.

Turnover da ação	2013	2012
Quantidade de ações negociadas (mil)	451.287	423.571
Qtd média ponderada de ações (mil)	259.066	255.744
Número de pregões no exercício	248	246
Turnover anual (%)	174%	166%

Fonte: Bloomberg

Governança Corporativa

A CTIP está comprometida com os mais altos padrões de governança corporativa. Além de aderir às regras do Novo Mercado, possui sólidas práticas de autorregulação, de acordo com as disposições da Instrução CVM nº 461, que disciplina o funcionamento dos mercados regulamentados de valores mobiliários. As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a regras mais rígidas do que as presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a: (i) manter abertas ações ordinárias em seu capital social; (ii) manter, no mínimo, 25% de ações em circulação; (iii) detalhar e incluir informações adicionais nas informações trimestrais; (iv) ter Conselho de Administração composto por no mínimo cinco membros com mandato máximo de dois anos, sendo 20% dos conselheiros independentes; e (v) no caso de venda do controle, todos os acionistas têm direito a vender suas ações pelo mesmo preço (tag along de 100%).

Cabe destacar que algumas das disposições do Estatuto da Cetip vão além dos requerimentos estabelecidos no regulamento do Novo Mercado.

A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contratos entre a companhia, seus administradores e acionistas controladores e a BM&FBOVESPA, além da adaptação do estatuto social da companhia às regras contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado

A Companhia aderiu à Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula estabelecida em seu Estatuto Social. Essa instância, instituída pela Bolsa de Valores, arbitra disputas e controvérsias que possam existir entre controladores das empresas listadas no Novo Mercado, acionistas em geral, administradores, membros do Conselho Fiscal e a própria bolsa.

Relacionamento com Auditores Independentes

A política da Companhia é regida pelo princípio de independência dos auditores e restringe serviços a serem prestados pelas empresas contratadas com essa finalidade. Nesse sentido, no ano de 2013, a KPMG Auditores Independentes não realizou outros serviços não relacionados à auditoria para a Companhia, sendo assegurada a prestação desses serviços de forma objetiva e independente.

Declaração da Diretoria

Em conformidade com as disposições da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre a revisão das demonstrações financeiras.

Agradecimentos

Gostaríamos de expressar nossos agradecimentos aos clientes e participantes, acionistas, parceiros, poder público e colaboradores, pelo apoio e contribuição diária para a construção da CTIP e para o aperfeiçoamento de nossos principais objetivos: segurança, transparência e inovação.

A Administração
Rio de Janeiro, 19 de março de 2014

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)	Notas	CTIP		Consolidado	
		31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Receita líquida de serviços	17	882.697	761.072	908.196	790.918
(Despesas)/outras receitas operacionais		(345.671)	(300.591)	(354.629)	(307.608)
Despesas com pessoal		(137.597)	(116.414)	(138.947)	(117.896)
Remuneração baseada em ações sem desembolso de caixa	23c	(19.802)	(25.635)	(19.802)	(25.635)
Depreciação e amortização	9 e 10	(72.843)	(63.832)	(75.790)	(66.780)
Serviços prestados por terceiros	18	(70.446)	(60.457)	(75.007)	(62.594)
Despesas gerais e administrativas	19	(38.839)	(31.441)	(38.931)	(31.688)
Despesas com aluguel de equipamentos e sistemas		(2.480)	(814)	(2.480)	(814)
Honorários de conselheiros		(1.619)	(1.593)	(1.619)	(1.593)
Impostos e taxas		(1.236)	(1.059)	(1.236)	(1.059)
Outras despesas operacionais		(839)	(603)	(848)	(808)
Outras receitas operacionais		30	1.257	31	1.257
Resultado de equivalência patrimonial	8	13.707	21.350	(463)	246
Resultado financeiro	20	(44.295)	(98.815)	(43.522)	(96.315)
Receitas financeiras		32.481	36.503	33.261	39.009
Despesas financeiras		(76			



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Investimento em controladas
Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma, geralmente caracterizado por uma participação de mais da metade dos direitos a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

(iii) Investimento em coligadas
As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa ou pagamento ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20 e 50 por cento do poder votante de outra entidade. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. A participação nos lucros ou prejuízos das coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas é também reconhecida de maneira reflexa nas reservas da Companhia. As movimentações cumulativas são ajustadas contra o valor contábil do investimento.

As políticas contábeis das coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(iv) Transações eliminadas na consolidação
Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Caixa e equivalentes de caixa
O saldo de caixa e equivalentes de caixa, para fins da demonstração dos fluxos de caixa, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo (até 3 meses a contar da data da contratação), de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

c. Instrumentos financeiros

i. Classificação e mensuração dos ativos financeiros
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e é determinada no reconhecimento inicial dos ativos financeiros.

ii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado
Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são (i) ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente ou (ii) ativos designados pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos mantidos para negociação são classificados como ativos circulantes independentemente de seu prazo contratual de vencimento. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

iii. Empréstimos e recebíveis
Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes, adiantamentos e demais créditos a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

iv. Ativos mantidos até o vencimento
São ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos reconhecidos na demonstração do resultado em "resultado financeiro", usando o método da taxa de juros efetiva.

v. Ativos financeiros disponíveis para venda
Os ativos financeiros disponíveis para venda são instrumentos não derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado em "resultado financeiro". O ganho ou perda proveniente de alteração no valor justo é registrado no patrimônio líquido, na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", líquido dos efeitos tributários, sendo transferido para o resultado quando da sua liquidação ou quando ocorrer perda considerada permanente (*impairment*).

vi. Passivos financeiros não derivativos
A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes principais passivos financeiros não derivativos: empréstimos, debêntures, parcelas a prazo de preço de aquisição, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de aquisição atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

vii. Valor justo
Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de mercado. Caso existam ativos financeiros contabilizados a valor justo para os quais não exista um mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação, tais como a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções.

viii. Redução do valor recuperável de ativos financeiros
A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor superior ao seu valor recuperável (*impairment*). Se houver alguma evidência de *impairment* para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa registrada no patrimônio líquido é transferida e reconhecida na demonstração do resultado.

d. Contas a receber e outros créditos
As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes e outros créditos são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos (*impairment*), quando aplicável. Na prática, considerando o curto prazo médio de recebimento (inferior a um mês) são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

A provisão para *impairment* é constituída quando existe uma evidência objetiva de perda no valor recuperável dos créditos como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo.

e. Despesas antecipadas
Representadas por contratos firmados entre fornecedores e a Companhia, decorrentes de diversas prestações de serviços pagas antecipadamente. As despesas são apropriadas para o resultado em função do prazo de cada contrato e à medida que os serviços são recebidos.

f. Depósitos judiciais
Os depósitos judiciais são apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia (Nota 13).

g. Imobilizado
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção (no caso de terrenos e edificações, custo atribuído (*deemed cost*) na data de transição para o IFRS e CPCs), deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota 9 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

As vidas úteis e os valores residuais dos itens do imobilizado são revisados ao final de cada exercício e ajustados caso seja necessário.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

h. Intangível
(i) **Ágio**
O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo Intangível".

O ágio não é amortizado, mas é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Eventuais perdas por *impairment* que venham a ser reconhecidas sobre ágio não poderão ser revertidas.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

(ii) Relações contratuais
As relações contratuais, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação contratual, pelas taxas descritas na Nota 10.

(iii) Licenças de softwares adquiridas
Licenças adquiridas de programas de computador são registradas pelo custo total de aquisição, ajustado, quando aplicável, ao seu valor de recuperação e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 10.

(iv) Desenvolvimento de softwares
Os gastos diretamente associados ao desenvolvimento de softwares identificáveis, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e outras despesas diretamente relacionadas ao desenvolvimento do ativo.

Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 10.

As vidas úteis e os valores residuais dos ativos intangíveis são revisados ao final de cada exercício e ajustados caso seja necessário.

Os demais gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

i. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros
Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização ou depreciação e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ao qual ele está relacionado ou para a qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

j. Fornecedores e outras contas a pagar
As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

k. Debêntures
As debêntures emitidas são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

l. Obrigações de arrendamentos financeiros
A Companhia possui certos bens do imobilizado que foram arrendados. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Os pagamentos mínimos do arrendamento mercantil são segregados entre encargo financeiro e redução do passivo em aberto. O encargo financeiro é apropriado a cada período durante o prazo do arrendamento mercantil de forma a produzir uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo. O imobilizado adquirido por meio de arrendamento financeiro é depreciado durante a vida útil do ativo.

m. Reconhecimento da receita
A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

As receitas são reconhecidas no momento da realização das transações (a exemplo das receitas de registro, transações e inserção de restrições financeiras) ou da prestação do serviço (a exemplo das receitas de custódia e utilização mensal), de acordo com a competência.

n. Receitas e despesas financeiras
As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros sobre instrumentos financeiros e arrendamentos financeiros. Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

o. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio
A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é apenas destacado dentro do patrimônio líquido e somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

p. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25/IAS 37:

i. Ativos contingentes - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação e sobre os quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras;

ii. Passivos contingentes - São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que (i) a perda é avaliada como provável, o que ocasionaria a provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e (ii) quando os montantes envolvidos são mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras e os classificados como de perda remota não são provisionados nem divulgados (exceto feita a divulgação na Nota 13f que está sendo realizada em virtude da relevância dos valores envolvidos); e

iii. Obrigações legais - Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objetivo de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

q. Benefícios a funcionários

i. Obrigações de pensão
A Companhia efetua contribuições regulares a um plano de previdência complementar, que são reconhecidas como despesa no período em que são devidas por se tratarem de pagamentos a plano de contribuição definida.

ii. Participação nos lucros
O reconhecimento dessa participação é efetuado durante o exercício, desde que o valor possa ser mensurado de maneira confiável pela Companhia. Caso isso não ocorra, o reconhecimento dessa participação é realizado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor certamente pode ser mensurado de maneira confiável.

iii. Remuneração baseada em ações
A Companhia oferece a empregados e executivos planos de remuneração com base em ações, liquidados em ações da Companhia, segundo os quais a Companhia recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido (*vesting period*). Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas de quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido, prospectivamente.

No caso de programas de remuneração com base em ações liquidáveis em dinheiro, o valor justo a pagar aos executivos é reconhecido como despesa com o correspondente aumento no passivo, pelo período em que os executivos adquirem o direito ao pagamento. O passivo é mensurado novamente a cada data de balanço e na data de liquidação. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração do resultado.

r. Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de (i) 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 por ano para imposto de renda e (ii) 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas é reconhecido quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados no balanço patrimonial caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e caso eles estejam relacionados com tributos sobre o lucro e passivos pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade tributável.

s. Ativos e passivos circulantes e não circulantes
A segregação entre circulante e não circulante é efetuada considerando o prazo de 12 meses a contar da data-base das demonstrações financeiras.

t. Lucro por ação
O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

u. Demonstrações de valor adicionado
A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

v. Novas normas, alterações e interpretações em vigor a partir de 2014
Diversas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não planeja adotar nenhuma nova norma antecipadamente, caso a adoção antecipada seja permitida. Dentre as principais no contexto da Companhia destacam-se:

- Alteração no IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação. Essa alteração esclarece os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros a serem apresentados no Balanço Patrimonial.
- Alteração no IAS 38 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos. Essa alteração introduz novos requerimentos para divulgação da mensuração dos valores recuperáveis de ativos não financeiros, em decorrência da emissão do IFRS 13.

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Norma que visa substituir o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O IASB emitiu a IFRS 9 em novembro de 2009 introduzindo novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros. Em outubro de 2010, o IASB introduziu modificações adicionais em relação a passivos financeiros. Em novembro de 2013, o IASB emitiu nova alteração, incorporando os requerimentos sobre *hedge accounting*.

A Companhia não espera que a adoção das normas acima resulte em impactos significativos nas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa
O saldo de caixa e equivalentes de caixa está composto conforme demonstrado abaixo:

	CETIP		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Caixa	62	53	62	54
Depósitos bancários	180	14	202	57
Certificados de depósito bancário	210	234	211	235
	452	301	475	346

5. Aplicações financeiras

a. Classificação por natureza e categoria

	CETIP	
	31/12/2013	31/12/2012
Mensuradas ao valor justo por meio do resultado		
Fundos de investimento (a)	177.879	35.045
Certificados de depósito bancário	5.821	5.087
Letras Financeiras do Tesouro	162.875	226.184
Letras Financeiras	12.069	-
Operações compromissadas	10.069	20.572
Disponíveis para venda		
Notas do Tesouro Nacional - Série F	4.103	4.197
Notas do Tesouro Nacional - Série B	5.416	25.496
Letras do Tesouro Nacional	26.136	-

Mantidas até o vencimento
Aplicações financeiras vinculadas (b)
Letras do Tesouro Nacional 48.194 - 43.389
Letras Financeiras do Tesouro - 43.389
452.562 359.970
372.816 286.888
79.746 73.082

Ativo circulante
Realizável a longo prazo
Consolidado
31/12/2013 31/12/2012

Mensuradas ao valor justo por meio do resultado
Fundos de investimento (a) 186.748 43.184
Certificados de depósito bancário 5.821 5.087
Letras Financeiras do Tesouro 162.875 226.184
Letras Financeiras 12.069 -
Operações compromissadas 10.069 20.572

9. Imobilizado

	Edificações, benfeitorias e instalações		Máquinas e equipamentos		Equipamentos de informática		Sistemas e programas		Imobilizado em andamento		Total
	Terrenos										
CETIP											
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.215	10.735	2.373	18.778	2.369	338	1.602	797	41.207		
Aquisição	-	298	379	5.775	-	-	168	1.630	8.250		
Alienação/baixa	-	-	(4)	(16)	-	(177)	(10)	-	(207)		
Transferência	-	1.057	15	112	-	-	44	(1.228)	-		
Depreciação	-	(890)	(428)	(6.135)	(764)	(27)	(215)	-	(8.458)		
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.215	11.207	2.336	18.514	1.605	134	1.596	1.199	40.792		
Custo total	4.215	25.567	7.708	52.980	14.099	241	3.632	1.199	109.641		
Depreciação acumulada	-	(14.367)	(5.372)	(34.466)	(12.494)	(107)	(2.043)	-	(68.849)		
Taxas anuais médias de depreciação	-	7,8%	12,7%	18,2%	6,0%	10,0%	9,1%	-	-		
Consolidado											
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.215	10.753	2.380	18.778	2.369	338	1.611	797	41.241		
Aquisição	-	298	379	5.775	-	-	168	1.630	8.250		
Alienação/baixa	-	-	(4)	(16)	-	(177)	(10)	-	(207)		
Transferência	-	1.057	15	112	-	-	44	(1.228)	-		
Depreciação	-	(891)	(428)	(6.135)	(764)	(27)	(217)	-	(8.462)		
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.215	11.217	2.342	18.514	1.605	134	1.596	1.199	40.822		
Custo total	4.215	25.586	7.718	52.980	14.099	241	3.645	1.199	109.683		
Depreciação acumulada	-	(14.369)	(5.376)	(34.466)	(12.494)	(107)	(2.049)	-	(68.861)		
Taxas anuais médias de depreciação	-	7,8%	12,7%	18,2%	6,0%	10,0%	9,1%	-	-		

Dispon

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível

	Relações contratuais		Softwares e sistemas adquiridos		Softwares e sistemas desenvolvidos internamente		Softwares e sistemas em desenvolvimento		Outros	Total
	Ágio									
CETIP										
Saldos em 31 de dezembro de 2012.....	1.171.816	778.411	19.959	18.543	33.712	150	2.022.591			
Aquisição.....	-	-	20.049	-	28.277	-	48.326			
Alienação/baixa.....	-	-	-	(552)	-	-	(552)			
Transferência.....	-	-	1.350	26.191	(8.544)	-	(27.541)			
Amortização.....	-	(48.985)	(6.856)	(8.544)	-	-	(64.385)			
Saldos em 31 de dezembro de 2013.....	1.171.816	729.426	34.502	35.638	34.448	150	2.005.990			
Custo total.....	1.171.816	876.386	63.871	59.122	34.448	150	2.205.790			
Amortização acumulada.....	-	(146.957)	(29.369)	(23.484)	-	-	(199.810)			
Taxas anuais médias de amortização.....	-	5,6%	22,4%	11,2%	-	-	-			
Saldos em 31 de dezembro de 2012.....	1.171.816	824.589	19.959	18.543	33.712	152	2.068.771			
Aquisição.....	-	-	20.049	-	28.277	-	48.326			
Alienação/baixa.....	-	-	-	(552)	-	-	(552)			
Transferência.....	-	-	1.350	26.191	(8.544)	-	(27.541)			
Amortização.....	-	(51.927)	(6.856)	(8.544)	-	-	(64.385)			
Saldos em 31 de dezembro de 2013.....	1.171.816	772.662	34.502	35.638	34.448	152	2.049.217			
Custo total.....	1.171.816	928.448	63.871	59.123	34.448	152	2.257.858			
Amortização acumulada.....	-	(155.786)	(29.369)	(23.485)	-	-	(208.640)			
Taxas anuais médias de amortização.....	-	5,6%	22,4%	11,2%	-	-	-			

11. Obrigações trabalhistas e encargos

	CETIP		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Provisão para férias e encargos.....	9.202	7.675	9.256	7.699
INSS a recolher.....	1.719	1.599	1.770	1.642
FGTS a recolher.....	514	663	518	663
Provisão para participação nos lucros.....	31.877	26.280	31.983	26.308
Outros.....	4.660	638	4.668	641
Total.....	47.972	36.855	48.195	36.953

12. Tributos a recolher

	CETIP		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
PIS e COFINS a recolher.....	6.525	5.513	6.608	5.595
ISS a recolher.....	1.824	1.524	1.841	1.541
Imposto de renda retido na fonte (IRRF).....	4.052	3.844	4.056	3.844
Outros.....	332	134	332	134
Total.....	12.733	11.015	12.837	11.114

13. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

a. Ativos contingentes

A Companhia não possui nenhum ativo contingente reconhecido em seu balanço, assim como não possui, no momento, processos judiciais que gerem expectativa de ganhos futuros com probabilidade de êxito provável ou praticamente certa.

b. Contingências passivas

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, no caso das ações trabalhistas, considerando também o histórico de perdas e quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as eventuais perdas relativas a esses processos.

As provisões relativas aos processos em que as expectativas de perda são consideradas prováveis estão compostas da seguinte forma:

i. Contingências trabalhistas - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago nas rescisões contratuais.

ii. Honorários advocatícios - provisão para cobrir os custos com honorários advocatícios principalmente relacionados ao processo de ISS descrito no item f. abaixo.

c. Obrigações legais

Representadas por processos movidos pela CETIP Associação e por sua sucessora, CETIP, através dos quais se questiona judicialmente a incidência de determinados tributos. O quadro abaixo demonstra os valores das obrigações legais que estão sendo apresentadas deduzidas dos respectivos valores depositados em juízo.

	CETIP		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
COFINS sobre faturamento (i).....	10.651	10.651	10.651	10.651
(-) Depósitos judiciais.....	(10.651)	(10.651)	-	-
COFINS sobre outras receitas (ii).....	944	944	944	944
(-) Depósitos judiciais.....	(944)	(944)	-	-
ISS (iii).....	56.832	41.622	56.832	41.622
(-) Depósitos judiciais.....	(55.305)	(40.357)	1.527	1.265

i. Ação movida em agosto de 2004 contra a União Federal pleiteando o enquadramento das receitas operacionais da CETIP Associação no inciso X do artigo 14 da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, reconhecendo-se, dessa forma, a sua isenção da COFINS. A COFINS sobre o faturamento passou a ser recolhida normalmente a partir de julho de 2008, após a desmutualização da CETIP Associação.

ii. Ação movida em novembro de 2005 contra a União Federal pleiteando a isenção da COFINS sobre outras receitas (principalmente receitas financeiras). Quando do julgamento dos Recursos Extraordinários nº 346084, 357950, 358273 e 390840 o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional o § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.719/98. Os depósitos deixaram de ser efetuados a partir de agosto de 2008, após a desmutualização da CETIP Associação.

iii. Ações movidas pleiteando a não incidência do ISS sobre as receitas de prestação de serviços de consultoria, registro de títulos e outros serviços por não constarem na lista de serviços anexa ao Decreto-lei nº 406/68. Os montantes devidos a título de ISS, objeto destas ações, são depositados judicialmente com base em liminares concedidas.

d. Movimentação dos saldos

	CETIP e Consolidado			
	Trabalhistas	Honorários advocatícios	Obrigações legais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012.....	189	1.115	1.265	2.569
Adições/(reversões).....	115	121	15.210	15.446
Depósitos judiciais (item c).....	-	-	(14.948)	(14.948)
Saldos em 31 de dezembro de 2013.....	304	1.236	1.527	3.067

e. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificadas pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída.

Os principais processos onde o risco de perda foram avaliados como possíveis estão representados por: i. Processos relacionados a cancelamento de cotas - a CETIP, como sucessora da CETIP Associação, está sendo questionada judicialmente em função do cancelamento de cotas de alguns participantes. Em 31 de dezembro de 2013, existem 28 processos em aberto com valor em risco estimado em aproximadamente R\$15.092 e cujas chances de perda são consideradas possíveis.

ii. Autuações da Receita Federal do Brasil, lavradas em 13 de julho de 2009 e em 18 de agosto de 2010, contra a CETIP Associação relativas ao recolhimento da diferença com multa e juros da COFINS entre os regimes Cumulativo (3%) e Não Cumulativo (7,6% menos créditos) no período de 1º de agosto de 2004 a 30 de junho de 2008, cujos valores atualizados em 31 de dezembro de 2013 totalizam R\$30.937. Estes autos estão diretamente ligados ao processo detalhado no item c. i. acima, no qual é pleiteada a isenção total do tributo. Os autos de infração resultante do mandado de procedimento fiscal foram impugnados administrativamente. Foi proferida sentença em 1º grau reconhecendo a CETIP Associação como isenta da COFINS sobre as receitas próprias. Em novembro de 2010, a Companhia tomou conhecimento que o recurso de apelação interposto pela União Federal havia sido julgado e negado, sendo mantida a sentença de 1º grau.

f. Perdas remotas

Em 12 de dezembro de 2003, a Secretaria Municipal de Fazenda da cidade de São Paulo efetuou diversas autuações contra a CETIP Associação, requerendo o recolhimento de ISS no montante de R\$9.720 naquele Município. Em 31 de dezembro de 2013, o valor atualizado dessas autuações era de R\$61.830. Baseada no fato de que a sede da Companhia é o Rio de Janeiro, onde todos os serviços da unidade de títulos e valores mobiliários eram prestados aos participantes e o ISS apurado e recolhido e, que eram mantidas apenas áreas de apoio no município de São Paulo, bem como a opinião dos assessores jurídicos da CETIP, a Administração entende que a probabilidade de perda nessa questão é remota e por isso nenhuma provisão para perdas foi consignada nestas demonstrações financeiras. Em 15 de dezembro de 2011, foi proferida sentença em 1º grau julgando procedente a ação anulatória impetrada pela CETIP Associação e determinando que todos os autos de infração fossem cancelados.

14. Debêntures, parcelas a prazo do preço de aquisição, empréstimos e obrigações de arrendamentos financeiros

	CETIP e Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Circulante		
Debêntures.....	156.053	65.554
Preço de aquisição - parcelas a prazo.....	3.507	3.000
Empréstimos e obrigações de arrendamentos financeiros.....	159.560	283.649
Não circulante		
Debêntures.....	474.774	629.189
Empréstimos e obrigações de arrendamentos financeiros.....	9.291	13.372
	484.065	642.561
Total do endividamento.....	643.625	926.210

A CETIP financiou o pagamento de uma parte do preço a vista de aquisição da GRV, correspondente a R\$900 mil mediante a distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da 1ª emissão da CETIP ("Debêntures"). Os recursos obtidos com a emissão foram destinados para o pagamento de parte do preço de aquisição da GRV. As Debêntures tem prazo de 7 anos, com carência de amortização de principal nos primeiros dois anos, vencendo-se em 2017, e fazem jus a uma remuneração equivalente a variação acumulada da Taxa DI, acrescida de 2,0% ao ano.

A escritura de emissão estabelece algumas condições que, em caso de descumprimento, podem acarretar no vencimento antecipado das debêntures. Dentre elas, destacam-se as seguintes:

(a) restrição na distribuição de dividendos e/ou de juros sobre o capital próprio em valor superior (i) a 30% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações para o exercício de 2011 e (ii) 50% do lucro líquido ajustado para o exercício de 2012. Para os exercícios subsequentes não há restrições na distribuição aos acionistas desde que sejam respeitados determinados índices de alavancagem financeira;

(b) manutenção de índice financeiro de alavancagem máxima (quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA), apurado trimestralmente, igual ou inferior a 4,50 nos primeiros trimestres reduzindo-se gradualmente até 2,50 a partir de 2013;

(c) manutenção de índice de cobertura do serviço da dívida, apurado trimestralmente, igual ou superior a 1,20 para 2011 e 1,40 a partir de 2012.

Em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 9 de novembro de 2011 e 7 de novembro de 2012, foram aprovadas amortizações parciais e antecipadas das debêntures de emissão da Companhia no montante de R\$10 milhões cada, acrescidos de prêmio de 0,50% incidentes sobre os valores das referidas amortizações.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia estava em dia com o cumprimento das condições estabelecidas na escritura de emissão.

Considerando que as debêntures são indexadas a taxa variável, seu valor justo em 31 de dezembro de 2013 aproxima-se do valor contábil registrado no balanço patrimonial.

b. Preço de aquisição - parcelas a prazo

De acordo com o Contrato de Compra e Venda de Ações, Incorporação e Outras Avenças, celebrado em 1º de dezembro de 2010 entre a Companhia e os antigos acionistas da GRV, o valor total pela aquisição de 100% do capital social da GRV foi estabelecido em R\$2.000.000, sendo que deste montante, R\$555.000 seriam pagos a prazo em três prestações iguais.

As parcelas foram corrigidas por IGP-M + 2,0% a.a. e foram pagas em dezembro/2011, dezembro/2012 e maio/2013, conforme cronograma estabelecido no contrato.

c. Empréstimos

Durante o exercício de 2012, a CETIP esteve junto a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, aprovação de um financiamento para custear parcialmente as despesas incorridas na elaboração do projeto de desenvolvimento de sistemas de processamento e gestão de dados referentes a gravames em veículos e imóveis.

O valor total do financiamento é de R\$11.782 e será totalmente liquidado em 2020. O financiamento possui carência de amortização de principal nos primeiros vinte meses e juros de 4% ao ano sobre o saldo devedor, amortizados mensalmente.

Em 31 de dezembro de 2013, o custo amortizado do empréstimo monta a R\$11.002.

d. Obrigações de arrendamentos financeiros

	CETIP e Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Obrigações brutas de arrendamentos financeiros - pagamentos mínimos de arrendamento.....	2.316	3.856
Menos de um ano.....	-	2.316
Mais de um ano e menos de cinco anos.....	2.316	6.172
Encargos de financiamento sobre arrendamentos financeiros.....	(520)	(1.354)
Valor presente das obrigações de arrendamentos financeiros.....	1.796	4.818
Menos de um ano.....	1.796	3.000
Mais de um ano e menos de cinco anos.....	-	1.818

15. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 o capital social era composto por 260.378.479 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (31 de dezembro de 2012 - 256.712.613 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal).

Em 31 de dezembro de 2013 existiam 18 ações ordinárias em tesouraria (31 de dezembro de 2012 - 8 ações ordinárias em tesouraria).

A CETIP está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 300.000.000 (trezentos milhões) de ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração.

b. Reservas de capital

Compostas principalmente por: (i) reserva resultante da apropriação de despesas relativas aos planos de opções de ações da Companhia (Nota 23c); (ii) reserva especial de ágio resultante da incorporação da Advent Depository e (iii) reserva de capital resultante da emissão de ações em favor dos antigos acionistas da GRV (31 de dezembro de 2012 - além das anteriores, composta também pela parcela adicional do acervo líquido da CETIP Associação incorporado pela CETIP).

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social, de acordo com o disposto na legislação societária. A critério da Companhia, a reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que seu saldo, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

d. Reserva estatutária

Conforme disposição estatutária, a totalidade do lucro líquido remanescente após (i) a destinação para constituição da reserva legal e (ii) a destinação para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, será alocada para a constituição de reserva estatutária que poderá ser utilizada para investimentos e para compor fundos e mecanismos necessários para o adequado desenvolvimento das atividades da Companhia. O valor total destinado à reserva estatutária não poderá ultrapassar o capital social da Companhia.

Caso o Conselho de Administração considere o montante da reserva estatutária suficiente para o atendimento de suas finalidades, poderá propor à Assembleia Geral que: (i) seja destinado à formação da referida reserva, em determinado exercício social, percentual do lucro líquido inferior ao estabelecido no estatuto; e/ou (ii) propor que parte dos valores integrantes da referida reserva seja revertido para a distribuição aos acionistas da Companhia.

e. Dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme disposição estatutária, aos acionistas são assegurados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação societária.

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Administração da Companhia aprovou, durante os exercícios de 2013 e 2012, distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TULP, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros de capital próprio de R\$72.340 (2012 - R\$70.713) foi contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito dessas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do período, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto, uma vez que os benefícios fiscais por ele gerados são mantidos no resultado do período.

	Valor Bruto
Juros sobre o capital próprio	
JCP - RCA 19/03/12 - R\$0,0695 brutos por ação pagos em 09/05/12.....	17.712
JCP - RCA 19/06/12 - R\$0,0709 brutos por ação pagos em 10/07/12.....	18.099
JCP - RCA 19/09/12 - R\$0,0673 brutos por ação pagos em 08/10/12.....	17.276
JCP - RCA 19/12/12 - R\$0,0687 brutos por ação pagos em 09/01/13.....	17.626
Dividendos propostos	
Dividendos - RCA 06/03/13 - R\$0,2585 por ação pagos em 08/05/13.....	66.984
Total relativo ao exercício de 2012.....	137.697

2013

Juros sobre o capital próprio	
JCP - RCA 19/03/13 - R\$0,0689 brutos por ação pagos em 08/04/13.....	17.662
JCP - RCA 19/06/13 - R\$0,0687 brutos por ação pagos em 08/07/13.....	17.812
JCP - RCA 19/09/13 - R\$0,0702 brutos por ação pagos em 08/10/13.....	18.237
JCP - RCA 19/12/13 - R\$0,0715 brutos por ação pagos em 09/01/14.....	18.629
Dividendos propostos	
Dividendos - RCA 19/03/14 - R\$ 0,7611 por ação* a serem pagos em 09/06/14.....	198.271
Total relativo ao exercício de 2013.....	270.611

(* O valor por ação dos dividendos está sujeito a alterações decorrentes de eventuais aumentos de capital que possam ocorrer até a realização da Assembleia Geral Ordinária.

Os dividendos que ultrapassam o mínimo obrigatório somente são reconhecidos no passivo na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral, conforme determinação da CPC 24 - Eventos subsequentes e ICPB 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos. Até a data de aprovação em Assembleia Geral, os dividendos adicionais ao mínimo obrigatório são apenas destacados no patrimônio líquido.

A proposta de destinação do resultado e dividendos, relativa ao exercício de 2013, consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da Lei das Sociedades por Ações, é assim demonstrada:

	2013
Lucro líquido do exercício.....	360.778
Constituição de reserva legal.....	(-)
Base de cálculo dos dividendos.....	360.778
Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos.....	220
Saldo de lucros acumulados a destinar.....	360.998
Dividendos e juros sobre o capital próprio brutos.....	(270.611)
Constituição de reserva estatutária.....	(90.387)
Saldo a destinar.....	360.778

Proposta de dividendos

Juros líquidos sobre capital próprio imputados aos dividendos.....	61.489
Dividendo mínimo obrigatório.....	28.706
Dividendo adicional ao mínimo obrigatório.....	169.565
Total líquido a ser distribuído.....	259.760
Porcentagem sobre a base de cálculo dos dividendos.....	72,0%
Total bruto a ser distribuído.....	270.611



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Conselho de Administração poderia, a seu exclusivo critério, estabelecer um desconto de até 20% (vinte por cento) sobre o preço de exercício. De acordo com os programas de outorga no âmbito do Plano de Opção 2009, os preços de exercício das opções deveriam ser corrigidos mensalmente, a partir da data de outorga e até a data de exercício da opção, pela média entre o IGP-M/FGV e o IPCA/IBGE e ajustados pelos dividendos, juros sobre capital próprio e qualquer outro provento distribuído pela Companhia aos acionistas durante o período compreendido entre a data de outorga e a data de exercício da opção. As opções concedidas eram divididas em lotes e poderiam ser exercidas nas proporções de, no máximo, 25% ao término do primeiro ano, 25% ao término do segundo ano e 25% ao término do terceiro ano e 25% ao término do quarto ano, sempre a contar da data de outorga. O prazo para exercício das opções era de até 5 anos, contados do vencimento de cada período de carência (vesting).

Plano de Opção 2010
Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2010, os acionistas aprovaram outro plano de opção de compra de ações, que não cancelava nem substitua o Plano de Opção 2009. Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2011 foram aprovadas as alterações nos prazos de *vesting* das opções outorgadas no âmbito do Plano e alterações nas condições no caso de reorganização societária. As opções de compra de ações do Plano de Opção 2010 poderiam ser outorgadas até atingir o limite máximo de 2% do total das ações representativas do capital social da CETIP, não sendo consideradas, no entanto, para fins de cálculo do referido limite, as opções outorgadas com base em planos anteriores, vigentes ou não. O preço de exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção 2010 deveria ser equivalente à média apurada nos últimos trinta pregões na BM&FBOVESPA anteriores à data da outorga da opção, ponderada pelo volume de negociação. O Conselho de Administração poderia, a seu exclusivo critério, estabelecer um desconto de até 20% (vinte por cento) sobre o preço de exercício. De acordo com os programas de outorga no âmbito do Plano de Opção 2010, os preços de exercício das opções deveriam ser corrigidos mensalmente, a partir da data de outorga e até a data de exercício da opção, pela média entre o IGP-M/FGV e o IPCA/IBGE e ajustados pelos dividendos, juros sobre capital próprio e qualquer outro provento distribuído pela Companhia aos acionistas durante o período compreendido entre a data de outorga e a data de exercício da opção.

O quadro abaixo contém detalhes de todas as opções outorgadas no âmbito dos referidos planos:

Detalhes das opções outorgadas								
Plano/Programa	Vesting	Data limite para exercício	Preço exercício (em R\$) ⁽¹⁾	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Em aberto	Valor justo (em R\$) ⁽²⁾
2009/1 ^o	24/06/10	24/06/15	4,06	1.561.801	1.561.801	-	-	2,09
2009/1 ^o	24/06/11	24/06/16	4,06	1.561.801	1.561.801	-	-	2,19
2009/1 ^o	24/06/12	24/06/17	4,06	1.561.801	1.436.801	125.000	-	2,34
2009/1 ^o	24/06/13	24/06/18	4,06	1.561.802	1.311.802	200.000	50.000	2,47
2009/2 ^o	30/06/11	30/06/16	11,81	250.000	250.000	-	-	5,87
2009/2 ^o	30/06/12	30/06/17	11,81	250.000	235.500	12.500	2.000	6,38
2009/2 ^o	30/06/13	30/06/18	11,81	250.000	185.500	12.500	52.000	6,82
2009/2 ^o	30/06/14	30/06/19	11,81	250.000	-	12.500	237.500	7,26
2009/3 ^o	31/12/11	31/12/16	17,09	46.875	46.875	-	-	10,34
2009/3 ^o	31/12/12	31/12/17	17,09	46.875	36.875	-	10.000	11,33
2009/3 ^o	31/12/13	31/12/18	17,09	46.875	-	-	46.875	12,05
2009/3 ^o	31/12/14	31/12/19	17,09	46.875	-	-	46.875	12,70
2009/4 ^o	31/03/12	31/03/17	19,46	8.925	8.925	-	825	11,73
2009/4 ^o	31/03/13	31/03/18	19,46	8.925	3.375	1.250	4.300	12,96
2009/4 ^o	31/03/14	31/03/19	19,46	8.925	-	1.250	7.675	13,83
2009/4 ^o	31/03/15	31/03/20	19,46	8.925	-	1.250	7.675	14,61
2009/5 ^o	30/09/12	30/09/17	18,98	700.000	650.000	25.000	25.000	9,28
2009/5 ^o	30/09/13	30/09/18	18,98	700.000	625.000	50.000	25.000	10,29
2009/5 ^o	30/09/14	30/09/19	18,98	700.000	250.000	50.000	400.000	10,97
2009/5 ^o	30/09/15	30/09/20	18,98	700.000	-	300.000	400.000	11,67
2009/6 ^o	01/09/13	01/09/18	20,39	40.000	-	-	40.000	8,63
2009/6 ^o	01/09/14	01/09/19	20,39	40.000	-	-	40.000	10,89
2009/6 ^o	01/09/15	01/09/20	20,39	40.000	-	-	40.000	11,73
2009/6 ^o	01/09/16	01/09/21	20,39	40.000	-	-	40.000	12,41
Total Plano 2009				10.430.405	8.162.480	952.075	1.315.850	
2010/1 ^o	31/12/11	31/12/16	17,09	936.659	792.771	79.616	64.272	10,34
2010/1 ^o	31/12/12	31/12/17	17,09	936.659	312.258	458.213	166.188	11,33
2010/1 ^o	31/12/13	31/12/18	17,09	936.661	-	476.760	459.901	12,05
2010/1 ^o	31/12/14	31/12/19	17,09	936.661	-	476.760	459.901	12,70
2010/2 ^o	06/02/13	06/02/18	21,60	361.250	1.400	43.750	316.100	10,97
2010/2 ^o	06/02/14	06/02/19	21,60	361.250	-	43.750	317.500	13,42
2010/2 ^o	06/02/15	06/02/20	21,60	361.250	-	43.750	317.500	14,50
2010/2 ^o	06/02/16	06/02/21	21,60	361.250	-	43.750	317.500	15,35
Total Plano 2010				5.191.640	1.106.429	1.666.349	2.418.862	
2012/1 ^o	13/09/14	13/09/18	25,54	222.000	-	46.500	175.500	8,60
2012/1 ^o	13/09/15	13/09/18	25,54	222.000	-	46.500	175.500	11,13
2012/2 ^o	06/03/16	06/03/23	24,50	942.000	-	-	942.000	10,43
2012/3 ^o	19/06/15	19/06/19	24,13	8.750	-	-	8.750	7,11
2012/3 ^o	19/06/16	19/06/19	24,13	8.750	-	-	8.750	8,27
2012/4 ^o	15/08/17	15/08/23	22,88	400.000	-	-	400.000	11,61
Total Plano 2012				1.803.500		93.000	1.710.500	

(1) Sujeito a atualização, quando aplicável.
(2) Valor justo na data de outorga.

Durante o exercício de 2013, a Companhia registrou despesas relativas aos (i) Plano 2009 no montante de R\$7.516; (ii) Plano 2010 no montante de R\$7.878; e (iii) Plano 2012 no montante de R\$4.408 em contrapartida de reservas de capital no patrimônio líquido (2012 - (i) Plano 2009 no montante de R\$15.341; (ii) Plano 2010 no montante de R\$9.844; e (iii) Plano 2012 no montante de R\$4.500).

As despesas foram apropriadas em função do prazo de *vesting* considerando-se uma estimativa de que 2,5% das opções não atingirão o *vesting*. Em 31 de dezembro de 2013, existem (i) 50.000 opções relativas ao Plano 2009/1^o Programa, (ii) 54.000 opções relativas ao Plano 2009/2^o Programa, (iii) 56.875 opções relativas ao Plano 2009/3^o Programa, (iv) 5.250 opções relativas ao Plano 2009/4^o Programa, (v) 50.000 opções relativas ao Plano 2009/5^o Programa, (vi) 690.361 opções relativas ao Plano 2010/1^o Programa e (vii) 316.100 opções relativas ao Plano 2010/2^o Programa, passíveis de exercício.

O percentual de diluição de participação dos atuais acionistas, considerando-se o exercício ao final do prazo de *vesting* de todas as opções acima já outorgadas e ainda não exercidas é de 1,10% em 2014, 0,35% em 2015, 0,49% em 2016 e 0,15% em 2017, totalizando potencial diluição de 2,09%.

Plano/Programa	Quantidade de opções	Preço de exercício (em R\$) ⁽¹⁾	Valor de mercado (em R\$) ⁽²⁾
2009/1 ^o	1.411.802	3,92	23,31
2009/2 ^o	220.000	13,24	22,69
2009/3 ^o	36.875	18,78	24,84
2009/4 ^o	3.375	21,14	23,70
2009/5 ^o	1.500.000	20,33	23,98
2010/1 ^o	323.498	18,82	24,54
2010/2 ^o	1.400	22,97	23,70
Total	3.496.950		

(1) Preço médio ponderado e média ponderada do valor de mercado das ações nas datas de exercício.

Plano/Programa	2009/1 ^o	2009/2 ^o	2009/3 ^o	2010/1 ^o	2009/4 ^o
Preço da ação	R\$4,33	R\$14,21	R\$23,60	R\$23,60	R\$27,00
Preço de exercício	R\$4,06	R\$11,81	R\$17,09	R\$17,09	R\$19,46
Volatilidade média anual esperada	33,29%	34,45%	34,61%	34,61%	34,30%
Vida da opção em anos (expectativa de vida média ponderada)	7,5	3,3	4,3	4,3	4,2
Taxa média anual livre de risco	6,46%	6,37%	6,01%	6,01%	6,07%
Plano/Programa	2009/5^o	2010/2^o	2009/6^o	2012/1^o	2012/2^o
Preço da ação	R\$23,50	R\$29,44	R\$26,10	R\$26,61	R\$23,95
Preço de exercício	R\$18,98	R\$21,60	R\$20,39	R\$25,54	R\$24,50
Volatilidade média anual esperada	33,49%	30,69%	29,98%	28,28%	31,69%
Vida da opção em anos (expectativa de vida média ponderada)	4,7	4,4	4,8	3,7	5,0
Taxa média anual livre de risco	5,13%	4,88%	3,38%	9,05%	9,12%

Adicionalmente, durante o 3^o trimestre de 2013 foi instituído um programa de bônus de performance indexado à variação na cotação das ações da Companhia no montante global anual de R\$2.000. Neste contexto, durante o exercício de 2013, a Companhia registrou despesas relativas ao referido programa de remuneração com base em ações líquidas em dinheiro no montante de R\$832.

As opções concedidas eram divididas em lotes e poderiam ser exercidas nas proporções de, no máximo, 25% ao término do primeiro ano, 25% ao término do segundo ano, 25% ao término do terceiro ano e 25% ao término do quarto ano, sempre a contar da data de outorga. O prazo para exercício das opções era de até 5 anos, contados do vencimento de cada período de carência (vesting).

Plano de Opção 2012
Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 13 de setembro de 2012, os acionistas aprovaram um novo plano de opção de compra de ações, que cancelou e substituiu os planos de opção até então vigentes, isto é, o Plano de Opção 2009 e o Plano de Opção 2010. O término de vigência dos referidos Planos não afetou a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nesses Planos, que continuam regidas pelas disposições contidas neles e nos respectivos programas de outorga. O Plano de Opção 2012 tem por objetivo permitir que administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle, sujeito a determinadas condições, adquiram ações da Companhia, com vista a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos beneficiários do plano; e (c) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e manter a ela(s) vinculados os beneficiários do Plano.

O total de opções outorgadas no âmbito do plano e ainda em aberto, ou seja, o total de opções outorgadas no âmbito do plano deduzido do total de opções já exercidas, opções expiradas e opções canceladas, não poderá ultrapassar o limite máximo de 5% (cinco por cento) das ações representativas do capital social total da Companhia existentes na data de aprovação de cada programa de outorga.

O preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano de Opção 2012 será determinado pelo Conselho de Administração, com base na média da cotação de fechamento das ações da Companhia na BM&FBOVESPA, ponderada pelo volume financeiro de negociação, nos 30 (trinta) últimos pregões que antecederem a data da outorga. Desde que não ocorra uma hipótese de desligamento, as opções se tornarão exercíveis após o 3^o aniversário da data de outorga, sendo que no caso de o beneficiário ser membro do Conselho de Administração, 50% das suas opções poderá ser exercido após o 2^o aniversário da data de outorga. O prazo para exercício das opções será de 6 anos a partir da data de outorga para opções outorgadas a beneficiários membros do Conselho de Administração e 10 anos a partir da data de outorga para os demais beneficiários.

Plano/Programa	Vesting	Data limite para exercício	Preço exercício (em R\$) ⁽¹⁾	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Em aberto	Valor justo (em R\$) ⁽²⁾
2009/1 ^o	24/06/10	24/06/15	4,06	1.561.801	1.561.801	-	-	2,09
2009/1 ^o	24/06/11	24/06/16	4,06	1.561.801	1.561.801	-	-	2,19
2009/1 ^o	24/06/12	24/06/17	4,06	1.561.801	1.436.801	125.000	-	2,34
2009/1 ^o	24/06/13	24/06/18	4,06	1.561.802	1.311.802	200.000	50.000	2,47
2009/2 ^o	30/06/11	30/06/16	11,81	250.000	250.000	-	-	5,87
2009/2 ^o	30/06/12	30/06/17	11,81	250.000	235.500	12.500	2.000	6,38
2009/2 ^o	30/06/13	30/06/18	11,81	250.000	185.500	12.500	52.000	6,82
2009/2 ^o	30/06/14	30/06/19	11,81	250.000	-	12.500	237.500	7,26
2009/3 ^o	31/12/11	31/12/16	17,09	46.875	46.875	-	-	10,34
2009/3 ^o	31/12/12	31/12/17	17,09	46.875	36.875	-	10.000	11,33
2009/3 ^o	31/12/13	31/12/18	17,09	46.875	-	-	46.875	12,05
2009/3 ^o	31/12/14	31/12/19	17,09	46.875	-	-	46.875	12,70
2009/4 ^o	31/03/12	31/03/17	19,46	8.925	8.925	-	825	11,73
2009/4 ^o	31/03/13	31/03/18	19,46	8.925	3.375	1.250	4.300	12,96
2009/4 ^o	31/03/14	31/03/19	19,46	8.925	-	1.250	7.675	13,83
2009/4 ^o	31/03/15	31/03/20	19,46	8.925	-	1.250	7.675	14,61
2009/5 ^o	30/09/12	30/09/17	18,98	700.000	650.000	25.000	25.000	9,28
2009/5 ^o	30/09/13	30/09/18	18,98	700.000	625.000	50.000	25.000	10,29
2009/5 ^o	30/09/14	30/09/19	18,98	700.000	250.000	50.000	400.000	10,97
2009/5 ^o	30/09/15	30/09/20	18,98	700.000	-	300.000	400.000	11,67
2009/6 ^o	01/09/13	01/09/18	20,39	40.000	-	-	40.000	8,63
2009/6 ^o	01/09/14	01/09/19	20,39	40.000	-	-	40.000	10,89
2009/6 ^o	01/09/15	01/09/20	20,39	40.000	-	-	40.000	11,73
2009/6 ^o	01/09/16	01/09/21	20,39	40.000	-	-	40.000	12,41
Total Plano 2009</								



cetip.com.br



RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da Cetip S.A. - Mercados Organizados, órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, de caráter permanente, teve sua constituição aprovada na Reunião do Conselho de Administração de 6 de novembro de 2013. O Comitê se reúne ordinariamente uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que necessário, observando que as informações contábeis sejam apreciadas pelo Comitê antes de sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Atribuições do Comitê: Compete ao Comitê, principalmente: (i) zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Companhia; (ii) avaliar os procedimentos adotados pela Companhia para o cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) avaliar a atuação e qualidade dos trabalhos, bem como as questões de independência, dos auditores independentes e da auditoria interna; e (iv) analisar a qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos e emitir as recomendações pertinentes.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna e dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e controles internos, bem como nas próprias análises e nos resultados de reuniões com executivos. A KPMG Auditores Independentes é a empresa responsável pelo exame de auditoria das demonstra-

ções contábeis do exercício de 2013, pelo planejamento e execução das auditorias, conforme normas reconhecidas pela profissão, bem como é responsável pelas revisões limitadas das informações trimestrais (ITRs) à Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Comitê e indiretamente ao Diretor Presidente. A Auditoria Interna atua de forma objetiva e independente, e adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão, utilizando abordagem de avaliação por processos com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados e o impacto que eventual falha de controle possa acarretar à companhia.

Atividades do Comitê de Auditoria relativas ao exercício de 2013

O Comitê reuniu-se seis vezes no período de novembro de 2013 a março de 2014.

Conclusão do Comitê de Auditoria

Os membros do Comitê de Auditoria da Cetip S.A. - Mercados Organizados procederam à análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório sem ressalvas dos auditores independentes referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 ("Demonstrações Financeiras Anuais

de 2013"). Com base nas informações prestadas pela administração da Companhia e pela KPMG Auditores Independentes, ressaltando as limitações decorrentes da recente constituição do Comitê em novembro de 2013, os membros do Comitê de Auditoria recomendam ao Conselho de Administração, por unanimidade, a aprovação das demonstrações contábeis auditadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2014

Alkmar Ribeiro Moura
Coordenador e Conselheiro Independente

Elio Boccia
Membro Externo e Especialista em Tecnologia da Informação

José Lucas Ferreira de Melo
Membro Externo e Especialista Financeiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
CETIP S.A. - Mercados Organizados
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CETIP S.A. - Mercados Organizados ("Companhia"), identificadas como CETIP e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados

para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CETIP S.A. - Mercados Organizados em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da CETIP S.A. - Mercados Organizados em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2.c, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da CETIP S.A. - Mercados Organizados essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controlada pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2014



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Jubran Pereira Pinto Coelho
Contador CRC 1MG077045/O-0 T-SP